

O capitalismo e a crise ambiental¹

Guillermo Foladori

*Professor visitante da Universidade Federal
do Paraná*

Muito tem sido escrito sobre a crise ambiental contemporânea. Na maioria dos casos culpa-se à indústria, fazendo clara menção ao grau de desenvolvimento tecnológico da sociedade antes que à sua estrutura de relações sociais. Para isso existe um argumento de peso: nos ex-países socialistas o grau de destruição da natureza foi igual ou pior que nos capitalistas, logo a causa deve ser procurada na indústria e não no tipo de relações sociais.

Nas próximas páginas vamos questionar esse argumento. Consideramo-lo errado, desde qualquer ponto de vista. Contudo, aqui nos limitaremos a destacar uma causa e manifestação da crise ambiental contemporânea que é exclusiva das relações capitalistas.² Com isso demonstraremos que se deve buscar a causa da crise ambiental em primeira instância no tipo de relações sociais de produção

O que é um ambiente?

O que é uma crise ambiental?

A resposta a essas perguntas provém da ecologia. Para qualquer espécie viva o ambiente é a inter-relação com o meio abiótico e com as outras espécies vivas. Entre esses três grupos, espécie, meio abiótico e outras espécies, estabelece-se uma inter-relação de dependência dinâmica. Qualquer espécie extrai recursos do meio e gera dejetos. Quando a extração de recursos ou a geração de dejetos é maior do que a capacidade do ecossistema de reproduzi-los ou reciclá-los, estamos frente à

¹ Tradução de Paulo Roberto Delgado

² Para uma visão mais ampla sobre capitalismo e meio ambiente ver Guillermo Foladori, *Los límites del desarrollo sustentable*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1999.

depredação e/ou poluição, as duas manifestações de uma crise ambiental.

Por outro lado, qualquer ecossistema tem uma certa capacidade de carga de uma espécie. Isto é, ele pode manter e reproduzir um certo número de indivíduos. Quando a população cresce demais, rompendo o equilíbrio dinâmico do sistema, se produz uma crise ambiental.

É comum extrapolar esses raciocínios para a sociedade humana e a crise ambiental contemporânea. Alguns autores falam da “marca d’água” que os navios possuem para assinalar que a sociedade humana, se produzir além de um certo nível, corre o risco de sobrecarregar o ecossistema e afundar. Ou falam da produção ilimitada da sociedade industrial em direta oposição aos recursos materiais finitos do planeta Terra, fazendo menção explícita à depredação e poluição da natureza. Não obstante essas extrapolações resultarem atrativas, são equivocadas. Perdem de vista a especificidade humana.

Para qualquer espécie, a relação com o seu meio ambiente é basicamente a que ela estabelece em bloco com o meio abiótico e com o resto das espécies vivas, como uma interdependência dinâmica. Com a espécie humana o mesmo não ocorre. Uma sociedade humana não estabelece relações com seu entorno na forma de bloco, e sim em grupos e classes sociais, e de maneira desigual. Nas demais espécies vivas as diferenças individuais não se acumulam para formar classes distintas. Cada geração deve começar do zero.³ Pelo contrário, os seres humanos acumulam a informação extra-corporal em instrumentos, utensílios, espaços construídos, etc. Mas esta acumulação não é da sociedade como um todo mas de cada classe social que transmite às gerações seguintes aquilo que conseguiu. É uma diferença no acesso aos recursos naturais virgens ou àqueles transformados pelas gerações passadas. Para a espécie humana, então, o ambiente não é só a inter-relação com o meio abiótico e os demais seres vivos, como acontece com as outras espécies. Existem ambientes diferentes para cada classe social, constituídos em primeiro lugar pelas restrições impostas pelas outras classes sociais da mesma espécie humana: só a partir destes condicionantes é que se estabelecem os relacionamentos com os outros seres vivos e o material abiótico.

Quando lemos que a causa da crise ambiental é a sociedade industrial como um todo, porque é a indústria, *per se*, quem polui ou depreda, não podemos mais nos surpreender pelo alto conteúdo ideológico da

³ Quando as diferenças individuais acumulam-se, fazem-no pela via biológica, o qual se traduz num momento determinado no surgimento de outra espécie.

proposta. Esse ponto de vista considera a sociedade capitalista como sendo homogênea, semelhante a qualquer outra espécie de animais. Claro que o argumento de que a sociedade capitalista também poluía e depredava é atrativo, mas é enganoso. As conseqüências podem ser semelhantes, mas as causas também podem ser diferentes. Duas pessoas podem apresentar uma urticária, uma por ter ingerido um alimento indigesto, outra pelo contato com a planta da urtiga. O fato de tanto a sociedade socialista quanto a capitalista depredarem e poluírem não significa que o façam devido às mesmas forças. Nesse sentido a identidade é enganosa: iguala as manifestações sem prestar atenção às diferentes causas. Neste momento não analisaremos estas diferenças,. Mas consideraremos uma manifestação da crise ambiental exclusiva da sociedade capitalista, como também é exclusiva a causa que a provoca. Isto demonstrará, sem deixar dúvidas, a responsabilidade das relações sociais (no caso as capitalistas), e não da indústria em geral, para com a crise ambiental contemporânea.

A depredação da própria sociedade humana: o desemprego

Nunca na história da humanidade existiu uma sociedade geradora de desemprego de forma estrutural. Muitos diagnósticos sobre a situação ambiental consideram a pobreza ou o crescimento populacional como um problema ambiental. Essa não é senão uma forma discreta de tratar o desemprego. São pobres os que não têm trabalho, e quando se fala de excedente populacional se faz referência explícita àqueles países que têm taxas de crescimento demográfico “não desenvolvidas”, ou seja, acima de 2% anuais. Trata-se dos países pobres. De maneira que a pobreza e o crescimento populacional vão de mãos dadas. E ambas as variáveis podem ser claramente identificadas com aquela população que não entra no mercado de trabalho ou o faz de maneira marginal ou limitada. São as relações de mercado, as relações capitalista que determinam que população é excedente e quem são os pobres. Além disso, está amplamente demonstrado que a quantidade de filhos por família é, antes de mais nada, uma questão econômica. A força d trabalho é a primeira fonte energética. Quando não se dispõe de energias alternativas, as famílias recorrem ao trabalho humano.⁴

⁴ O Canadá e os Estados Unidos têm um consumo energético anual de 9 e 7.5 TEP per capita, e uma taxa anual de crescimento demográfico de 0.8%. Enquanto que a Ásia e a África, com uma taxa de consumo energético anual de 0.4 TEP devem compensá-la com um incremento demográfico de 2,4% e 3,0% anuais.

Os diagnósticos que colocam, a pobreza ou incremento populacional como causa da crise ambiental apresentam a realidade de cabeça virada. Eles vêem na urticária um potencial de contágio, em lugar de olhar para a enfermidade que a produz, isto é, as relações capitalistas. A pobreza ou o incremento populacional não são senão conseqüências, manifestações, da falta de acesso ao mercado capitalista. Por isso, a causa destas manifestações são as próprias relações capitalistas, que geram pobreza e pressionam para a explosão demográfica. Por sua vez, ambas as variáveis são conseqüências do desemprego estrutural, uma característica exclusiva da sociedade capitalista.

A produção capitalista inaugura, pela primeira vez na história da humanidade, um sistema de produção cujo objetivo não é a satisfação direta das necessidades, mas a obtenção de um lucro em dinheiro. Obtém-se esse lucro através da concorrência no mercado. Uns ganham enquanto outros perdem. Não há forma alguma de que todos ganhem simultaneamente.

As causas do desemprego, e a conseqüente pobreza, têm, a ver, exclusivamente, com as relações capitalistas e a combinação de duas tendências. De um lado, a substituição do trabalho vivo pelas máquinas, aquilo que hoje está na moda chamar de *desemprego tecnológico*, ocultando sob um disfarce técnico neutro a responsabilidade de um tipo determinado de relações sociais. De outro, a peculiaridade do funcionamento do sistema capitalista, que reconhece como membro de sua sociedade a quem vende mercadorias, ainda que seja sua própria capacidade de trabalhar. O desempregado, que nem produz, nem pode vender-se a si próprio por tempo fica à margem da riqueza.

A lei de substituição de homens por máquinas é conhecida como a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital. Esta lei vem se manifestando contraditoriamente desde a própria revolução industrial. Contraditoriamente porque enquanto uma empresa melhorava o capital fixo e deslocava operários, outras surgiam, absorvendo de alguma forma o pessoal excedente das primeiras. Para cada grande revolução tecnológica, este movimento de deslocamento e absorção se alterava em favor do deslocamento e em detrimento de novas absorções. Com a revolução da micro-eletrônica aplicada à produção, desde meados dos anos setenta, a situação tornou-se mais crítica.

O aumento da produtividade do trabalho como resultado da aplicação de melhores e mais sofisticadas tecnologias, tem tornado supérflua uma boa parte do trabalho humano mundial. No Japão, entre 1973 e 1987, o produto aumentou em 4,6% anual, mas no mesmo período, o emprego

creceu apenas 0,9%, constituindo-se a brecha entre um percentual e outro o indicador deste tipo de desemprego resultado do aumento da produtividade do trabalho.⁵

Segundo um informe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em 16 de outubro de 1997, a situação da pobreza no mundo piorou nos últimos 50 anos, tanto em termos absolutos como relativos. Há cinquenta anos, em 1947, o número de pobres era de 400 milhões, o que equivalia a 17,4% da população mundial. Em 1997, o número de pobres é de 1,3 bilhões, o que representa 22,8% da população mundial.⁶

Outras cifras sumamente eloqüentes aparecem no informe das Nações Unidas e confirmam a afirmação de que a tendência ao desemprego estrutural e à conseqüente pobreza é exclusiva do regime capitalista de produção. Efetivamente, se se tomam os dados da Europa Oriental e da ex-União soviética, constata-se que os pobres passaram de 4 milhões em 1987 para 120 milhões em 1997, aumento registrado depois da entrada em um regime capitalista.

Caso não sejam formuladas políticas mundiais que revertam as tendências econômicas próprias do mercado, estes pobres, e menos ainda os filhos deles, não obterão emprego.

Relações capitalistas e ecologia

O relacionamento entre a economia capitalista e os problemas ambientais obriga-nos a recolocar teoricamente a questão ambiental.

As primeiras aproximações ao estudo da questão ambiental provém da ecologia. A ecologia surge como uma área da biologia para estudar a inter-relação dos organismos e comunidades e organismos com o meio-ambiente. As considerações mais avançadas da ecologia incorporam o ser humano e assim a ecologia passa a se converter em uma ciência interdisciplinar que pretende estabelecer uma conexão entre as ciências físico-naturais e as ciências sociais.⁷

⁵ United Nations Development Programm (UNDP), *Human Development Report*, New York/Oxford, Oxford University Press, 1993, p. 35. ⁶ O critério de pobreza utilizado pelo PNUD e pelo Banco Mundial considera aqueles que vivem com até 370 dólares por ano, ou seja, praticamente um dólar por dia. Critério conservador, certamente.

⁶ O critério de pobreza utilizado pelo PNUD e pelo Banco Mundial considera aqueles que vivem com até 370 dólares por ano, ou seja, praticamente um dólar por dia. Critério conservador, certamente.

⁷ Eugene Odum, *Ecologia*. México D.F., Continental, 1980.

Numa primeira aproximação, a análise ecológica parece dar conta tanto da relação de qualquer espécie viva com seu meio ambiente, como das relações que a espécie humana estabelece com o meio-ambiente. Em qualquer caso, analisam-se as inter-relações entre os organismos e os fluxos de materiais e energia. Não obstante, um olhar mais atento mostra certas complicações. As dificuldades advêm das diferenças de tratamento dos grupos de indivíduos enquanto membros da espécie humana ou de quaisquer outras espécies vivas. Para esta últimas, o relacionamento com o meio ambiente é, dentro de certos limites, homogêneo. Homogêneo no sentido de que os distintos indivíduos que compõem uma espécie possuem, essencialmente, os mesmos “instrumentos” – que são naturais – para seu relacionamento. O que significa igual requerimento de recursos, igual produção de resíduos e concorrência pelos mesmos nichos ecológicos. É claro que a igualdade é relativa, daí falarmos que essencialmente dispõem dos mesmos instrumentos. A biologia evolucionista explica, claramente, que cada indivíduo é diferente. Mas ditas diferenças não são essenciais no que diz respeito ao relacionamento com o meio ambiente. Elas se tornam essenciais quando surge uma nova espécie.

Com todas as dificuldades que existem na determinação do que é uma espécie, é evidente que a prática da vida mostra esta distinção entre as diferenças essenciais entre espécies distintas e diferenças entre indivíduos de uma mesma espécie que, para efeitos de exposição, consideramos não essenciais. Então, internamente a cada espécie, os indivíduos que a compõem, ou os grupos de indivíduos, dispõem do mesmo instrumental para enfrentar o meio. Cada geração começa de zero, no sentido de que os indivíduos possuem uma bagagem genética que os faz semelhantes (por isso capazes de se reproduzir entre si) e uma constituição fenotípica com recursos semelhantes para estender-se e relacionar-se com o meio ambiente. Porém, é claro que em termos mais estritos e numa análise mais profunda, existem marcadas diferenças individuais ao interior de cada espécie. E, seguramente, dependendo do nicho ecológico em que se encontram, alguns grupos de indivíduos têm diferenças que no longo prazo resultarão determinantes para sua sobrevivência e reprodução em relação a outros indivíduos da mesma espécie que se situam em nichos ecológicos mais favoráveis. Mas estas diferenças, inclusive, distinguem grupos de indivíduos de um nicho em relação a outro nicho. No interior de cada nicho as diferenças individuais só são diferenças biológicas que fazem que cada geração arranque do zero.

No caso do ser humano existe uma diferença notável. O relacionamento com o meio ambiente é principal e crescentemente mediado por coisas produzidas. A bagagem genética, assim como o nicho ecológico em que se situa, poderá ter sido importante na origem do gênero *homo* e, talvez, também da espécie *homo sapiens*, mas é cada vez menos importante na medida do avanço da produtividade do trabalho humano.

A consequência evidente deste comportamento *mediado* com o meio é que as coisas são separadas do indivíduo biológico, o que permite a sua acumulação através do tempo. Mais ainda, como esta acumulação não é da sociedade como um todo nem de grupos segundo o nicho ecológico em que se encontram, e sim de grupos de indivíduos segundo a sua produtividade e acesso aos meios de produção (que são os que permitem, por sua vez, produzir o resto das coisas) e à riqueza em geral, resulta que as leis sociais que guiam a repartição dos meios de produção condicionam um acesso diferenciado à riqueza natural.

Daí que o ponto de partida para entender o comportamento do ser humano com o ambiente não seja estender a análise ecológica para abranger a sociedade humana, mas entender como cada forma de organização econômica da sociedade humana explica um determinado tipo de relacionamento ecológico.

A análise das implicações das relações sociais capitalistas com o meio ambiente permite-nos extrair algumas conclusões que mostram diferenças de grau e de essência a respeito de outras formas de organização social. De grau, porque a busca do lucro, como lógica interna econômica, condiz a uma tendência à produção ilimitada: diferente de outras sociedades humanas na história, que apresentam limites à produção em relação à satisfação de suas necessidades. De essência, porque pela primeira vez na história da sociedade humana, o sistema capitalista gera desemprego de maneira crescente e estrutural, mostrando com maior nitidez que as contradições no interior da sociedade humana são o aspecto mais candente da crise ambiental.

Conclusões

As relações sociais capitalistas geram tendências de comportamento com o meio ambiente que lhes são particulares. Um olhar superficial pode não ver esta especificidade devido ao resultado geral da poluição e depredação abranger todas as sociedades humanas, independentemente de sua especificidade histórica. Mas diferem tanto na causa quanto na forma, amplitude e ritmo com que se apresentam. A produção capitalista implica tendências exclusivas.

A tendência exclusiva mais geral é a produção ilimitada. Uma das “queixas”, se assim podemos chamá-la, do movimento ambientalista, que tem sido dirigida à sociedade moderna, é seu crescimento ilimitado. O crescimento ilimitado da sua produção seria a causa de uma poluição e depredação também ilimitadas e segundo alguns autores de uma sobrecapacidade de carga do Planeta. Mas esta tendência ilimitada à produção não é uma conseqüência natural da espécie humana e sim particular da produção capitalista. É claro que a teoria econômica neoclássica e keynesiana têm se encarregado de divulgar o suposto sobre o qual elas se construíram, isto é, que o ser humano tem necessidades ilimitadas. Mas isto jamais foi demonstrado. Pelo contrário, tanto a história econômica como a antropologia têm mostrado este equívoco. A tendência à produção ilimitada é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades. Por isso, é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica econômica da sociedade capitalista. Por isso, também, resultam fúteis as críticas à produção ilimitada que não encaram, ao mesmo tempo, as críticas à organização capitalista da sociedade humana.

A tendência exclusiva mais grave do capitalismo é a geração de população excedente. Aqui, a diferença em relação às outras formas de organização econômica não é só de grau, mas quanto ao maior aumento, ou ritmo

mais rápido, senão de essência. Não tem existido organização econômica na história da humanidade que gere população excedente como algo “natural” e necessário. Essa restrição que exercem as classes possuidoras ou proprietárias sobre as despossuídas não tem comparação nas outras espécies de seres vivos. É como se um grupo de pássaros se encarregasse de tirar as asas dos pombinhos de outros grupos de sua mesma espécie ao nascer para deixá-los impossibilitados de acessar os meios de vida. Ou como se um grupo de gatos se encarregasse de mutilar as garras de outros grupos, deixando-os indefesos frente ao meio ambiente. Também aqui as relações sociais se antepõem e terminam as relações ecológicas.

Em resumo, a conclusão mais geral é que as relações sociais entre os seres humanos condicionam qualquer tipo de relações ecológicas. A ecologia humana, para ser conseqüente, deve se converter em ecologia política.